

NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**STANDARDIZATION OF SCIENTIFIC JOURNALS****ESTANDARIZACIÓN DE REVISTAS CIENTÍFICAS**

10.56238/revgeov17n2-114

Georgete Lopes Freitas

Doutora em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: georgete.lf@ufma.brOrcid: <https://orcid.org/0000-0003-3846-6677>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8111250991425851>**Jéssica Teixeira Madeira**

Graduada em Biblioteconomia

Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: jhessi.madeira@gmail.comOrcid: <https://orcid.org/0009-0001-7705-3827>Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0934560247322023>**RESUMO**

Análise da normalização dos artigos científicos dos periódicos indexados no Portal de Periódicos da Universidade Federal do Maranhão. No contexto da comunicação científica, a normalização garante a qualidade formal das pesquisas contribuindo para a organização e disseminação da informação. O estudo tem como objetivo analisar a normalização dos periódicos científicos, publicados na Universidade Federal do Maranhão. Para tanto, foi necessário identificar os periódicos que se enquadraram nos critérios de seleção para a pesquisa; analisar a conformidade dos artigos com as diretrizes e normas e avaliar a qualidade da normalização dos periódicos. A pesquisa caracteriza-se como “estado da arte”, bibliográfica, documental e descritiva, com abordagem qualitativa. Definiu como critério de seleção dos periódicos, a indexação no diretório DOAJ, a periodicidade semestral e o uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para avaliação utilizou-se o modelo de avaliação de periódicos elaborado por Braga e Oberhofer (1982). Analisou os periódicos: Ensino e Multidisciplinaridade; Kwanissa: Revista de Estudos e Africanos e Afro-Brasileiros; Revista Brasileira do Caribe; Revista de Políticas Públicas; Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e a Revista Turismo & Cidades. Como resultado, os periódicos foram classificados com conformidade parcial em relação à normalização, uma vez que a maioria dos critérios analisados foram atendidos. Conclui por reafirmar a importância dos periódicos científicos e seu papel primordial na difusão do conhecimento bem como, a necessidade do rigor na utilização das normas de informação e documentação, contribuindo para a manutenção da qualidade formal das publicações periódico científicas.

Palavras-chave: Normalização. Periódicos Científicos. Comunicação Científica. Avaliação de Periódicos. Critérios de Qualidade.



ABSTRACT

Analysis of the standardization of scientific articles in journals indexed in the Journal Portal of the Federal University of Maranhão. In the context of scientific communication, standardization ensures the formal quality of research, contributing to the organization and dissemination of information. The study aims to analyze the standardization of scientific journals published at the Federal University of Maranhão. For this, it was necessary to identify the journals that met the selection criteria for the research; analyze the compliance of the articles with guidelines and standards; and evaluate the quality of the journals' standardization. The research is characterized as a "state of the art" study, bibliographic, documentary, and descriptive, with a qualitative approach. The selection criteria for the journals were defined as indexing in the DOAJ directory, semiannual publication frequency, and the use of the standards of the Brazilian Association of Technical Standards. For the evaluation, the journal assessment model developed by Braga and Oberhofer (1982) was used. The journals analyzed were: Ensino e Multidisciplinaridade; Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros; Revista Brasileira do Caribe; Revista de Políticas Públicas; Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade; and Revista Turismo & Cidades. As a result, the journals were classified as partially compliant in terms of standardization, since most of the criteria analyzed were met. It concludes by reaffirming the importance of scientific journals and their primary role in the dissemination of knowledge, as well as the need for rigor in the use of information and documentation standards, contributing to the maintenance of the formal quality of scientific journal publications.

Keywords: Standardization. Scientific Journals. Scientific Communication. Journal Evaluation. Quality Criteria.

RESUMEN

Análisis de la estandarización de artículos científicos de revistas indexadas en el Portal de Revistas de la Universidad Federal de Maranhão. En el contexto de la comunicación científica, la estandarización garantiza la calidad formal de la investigación, contribuyendo a la organización y difusión de la información. Este estudio tiene como objetivo analizar la estandarización de las revistas científicas publicadas en la Universidad Federal de Maranhão. Para ello, fue necesario identificar las revistas que cumplieron con los criterios de selección para la investigación; analizar la conformidad de los artículos con las directrices y estándares; y evaluar la calidad de la estandarización de las revistas. La investigación se caracteriza por ser de vanguardia, bibliográfica, documental y descriptiva, con un enfoque cualitativo. Los criterios de selección de las revistas se definieron como la indexación en el directorio DOAJ, la periodicidad semestral y el uso de los estándares de la Asociación Brasileña de Normas Técnicas. Para la evaluación, se utilizó el modelo de evaluación de revistas desarrollado por Braga y Oberhofer (1982). Se analizaron las siguientes revistas: Enseñanza y Multidisciplinariedad; Kwanissa: Revista de Estudos Africanos y Afrobrasileños; Revista Brasileña del Caribe; Revista de Políticas Públicas; Revista Interdisciplinaria de Cultura y Sociedad; y Revista de Turismo y Ciudades. Como resultado, las revistas se clasificaron como parcialmente conformes con la estandarización, ya que cumplieron la mayoría de los criterios analizados. Concluye reafirmando la importancia de las revistas científicas y su papel fundamental en la difusión del conocimiento, así como la necesidad de rigor en el uso de estándares de información y documentación, contribuyendo así al mantenimiento de la calidad formal de las publicaciones científicas.

Palabras clave: Estandarización. Revistas Científicas. Comunicación Científica. Evaluación de Revistas. Criterios de Calidad.



1 INTRODUÇÃO

A normalização é uma atividade fundamental para a sociedade uma vez que o estabelecimento de normas não só molda o convívio social, como também auxilia na padronização de serviços e produtos. Diferentemente das normas sociais, que são determinadas por aspectos culturais, as normas técnicas são definidas a partir da necessidade de unificação de processos técnicos em diferentes áreas demandadas pelas práticas sociais.

A criação e difusão das normas foram impulsionadas sobretudo pelos setores industriais da Europa e dos Estados Unidos, que enfrentavam a carência de parâmetros claros para seus processos econômicos (Vanz, 2020). Com o tempo, essa prática se expandiu e passou a ser incorporada por diversas outras áreas, cada qual com suas próprias particularidades.

No campo da comunicação científica, no qual o conhecimento gerado precisa ser divulgado e avaliado por seus pares (Rodrigues; Lima; Garcia, 1998), o uso de normas técnicas, sejam elas nacionais ou internacionais, é um quesito fundamental para a publicação das pesquisas. Sob o mesmo ponto de vista, Martins (1986) destaca que a normalização contribui para o controle bibliográfico e facilita a circulação da informação.

Atualmente um dos principais meios de divulgação desse conhecimento são os periódicos científicos, que em sua grande maioria estão vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES) e Centros de Pesquisa. Inicialmente eram disponibilizados em forma impressa, porém como destaca Souza (2002), o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) alterou não só o suporte de apresentação dos periódicos, que passaram a ser disponibilizados eletronicamente, como também ampliaram a disseminação da informação.

Diante da necessidade de validação dessas produções, as pesquisas passam por um processo de avaliação onde são considerados tanto os aspectos de conteúdo, quanto de forma, que nesse caso envolve também a utilização de normas (Rodrigues; Lima; Garcia, 1998). Quanto à necessidade de avaliação, Meadows (1999) ressalta que essa medida foi um reflexo frente ao crescimento da comunicação científica, estimulado principalmente pelo uso da internet.

Nesse sentido, ainda que o foco principal esteja voltado para os resultados das pesquisas, Sabadini, Sampaio e Nascimento (2009) enfatizam que, manter a conformidade com a normalização é essencial, pois proporciona consistência visual, e padronização aos trabalhos apresentados. Da mesma forma Curty e Boccato (2005) acrescentam ainda que a normalização auxilia na simplificação e comunicação das pesquisas para a comunidade científica.

Ainda que no Brasil tenha um órgão responsável pela normalização técnica, que é Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fica a critério dos periódicos a elaboração das diretrizes e consequentemente a escolha das normas. Do ponto de vista de Bertholino e Silva (2008) essa falta de



padrão entre os periódicos representa um desafio significativo para a comunidade científica, e que dificilmente será sanado, devido à aplicação das normas variarem de acordo com a instituição.

Diante desse constructo, esta pesquisa buscou responder à seguinte questão: Qual a qualidade da normalização dos periódicos científicos publicados na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)? Apresenta-se, portanto, como objetivo geral analisar a normalização dos periódicos científicos publicados na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Como objetivos específicos pretendeu-se: a) retratar os periódicos que se enquadram nos critérios de seleção para a pesquisa; b) analisar a conformidade dos artigos científicos com as diretrizes e normas; c) avaliar a qualidade da normalização dos periódicos.

Considerando a importância da normalização para qualificação dos periódicos e disseminação das pesquisas, este estudo possibilitou conhecer as diferentes diretrizes que são adotadas pelos periódicos da UFMA. Por meio dos resultados, desejou-se, portanto, contribuir para a identificação de possíveis problemas de normalização, a fim de que os periódicos alcancem a qualidade formal nas suas publicações.

O desenvolvimento do estudo foi motivado a partir da experiência pessoal com normalização de artigos científicos em periódicos da UFMA. Inicialmente por meio da disciplina Política Editorial em 2023, que possibilitou a compreensão das práticas editoriais a partir da colaboração na publicação de um número da *Revista Bibliomar*. Posteriormente atuando com a revisão da normalização dos artigos da *Revista Cadernos de Pesquisa*, manifestou-se assim o interesse em avaliar alguns periódicos por meio da normalização apresentada nas publicações.

Em síntese o texto está dividido em 8 (oito) seções iniciando com a introdução, que apresenta a contextualização da pesquisa e importância da temática. Na segunda seção está exposto o caminho metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. A terceira, quarta e quinta seções abordam, respectivamente, a comunicação científica, normalização, periódicos científicos, universidades e portais de periódicos. Na sétima, estão apresentados os resultados e discussão acerca do problema de pesquisa e, por último, a conclusão com as contribuições do estudo.

2 METODOLOGIA

Adotou-se como metodologia de pesquisa a denominada “estado da arte”, considerada por (Santos *et al.*, 2020, p. 218) como aquela que além de mapear “[...] cataloga, sistematiza e analisa, a luz dos referenciais teóricos e dos contextos e demandas de uma área do conhecimento, uma gama de trabalhos acadêmicos dispersos na literatura científica”.

Estendendo esse conceito, Ferreira (2002, p. 258) realça:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando



responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas [...]

Em relação à abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde “[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo [...]. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70). Ainda que a pesquisa utilize escala de valoração, o foco principal é a análise da qualidade da normalização dos periódicos.

Para a revisão de literatura realizou-se o levantamento bibliográfico em bases de dados como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT). A busca dos textos foi realizada com a utilização de palavras-chave relacionadas à temática como, “critérios de qualidade de periódicos”, “normalização de periódicos”, “periódicos eletrônicos”, “comunicação científica” e “avaliação de periódicos”, a fim de obter um conhecimento aprofundado sobre o conteúdo abordado.

Fez-se uso de materiais publicados sobre a temática disponíveis em artigos, livros, teses e dissertações. Em relação ao seu objetivo trata-se de uma pesquisa descritiva na qual “[...] os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles [...]” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Em relação ao recorte temporal optou-se por não ter uma delimitação, utilizando estudos de autoridades no assunto.

A pesquisa caracterizou-se, ainda, como documental, na qual, de acordo com Cervo e Bervian, 1983, p. 57) “São investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”. O universo estudado foi o Portal de Periódicos da UFMA (Figura 1).



Figura 1 – Página inicial do Portal de Periódicos da UFMA



Periódicos UFMA

[BUSCA por assunto](#)

LINKS ÚTEIS

[Site oficial da UFMA](#)

[Site oficial da SIBi](#)

[Resolução nº 1890-CONSEPE \(inclusão e permanência de periódicos\) e Tutoriais OJS 3](#)

O Portal de Periódicos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) é gerenciado pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) e tem por objetivo promover o acesso e a visibilidade dos periódicos científicos da instituição. Este portal utiliza o software Open Journal Systems (OJS) (versão 3.2.1.4), desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica, que foi customizado e traduzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Coordenação Geral
Iole Costa Pinheiro
Luhilda Ribeiro Silveira
Tatiana Cotrim Serra Freire
Bibliotecárias SIBi/UFMA

Suporte Técnico
Agência de Tecnologia da Informação (AGETIC)/UFMA

ATENDIMENTO
e-mail: periodicoseletronicos@ufma.br

REVISTAS A a Z

Fonte: UFMA (2026).

Então, inicialmente verificou-se quais periódicos compõem o Portal, perfazendo 29 (vinte e nove) títulos, dos quais 2 (dois), *Revista Húmus* e *Cadernos Zygmunt Bauman*, foram encerrados em 2024 e, desse modo, não foram contabilizados na pesquisa.

Para delimitar a amostra a ser analisada no universo de 27 (vinte e sete) periódicos ativos no Portal, definiram-se os seguintes critérios de seleção: a) ter periodicidade semestral; b) utilizar como padrão de normalização as normas da ABNT; c) estar indexado no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

A escolha do critério de periodicidade semestral foi motivada pelo tempo que esses periódicos têm para preparar as publicações que é maior, devido à semestralidade. Em relação ao critério de indexação no DOAJ foi baseada na sua importância e confiabilidade como índice de publicações científicas de acesso aberto e que tem um alcance global, fator que contribui para a disseminação das pesquisas acadêmicas. Além disso, o Diretório apresenta exigentes critérios para inclusão de periódicos, prezando pela adoção das boas práticas de publicações.

Após a definição dos critérios de seleção, deu-se início à verificação dos periódicos, que foi realizada no Portal da UFMA e também na plataforma do DOAJ, para saber quais periódicos estavam indexados. Identificou-se então 6 (seis) periódicos que se enquadraram nos requisitos estabelecidos (Quadro 1).



Quadro 1 – Lista de verificação dos periódicos

Periódicos	Critérios de seleção		
	Periodicidade semestral	Uso das normas da ABNT	Indexação no DOAJ
Afluente: Revista de Letras e Linguísticas	✓	✓	✗
Barricadas: Revista de Filosofia e Interdisciplinaridade	✓	✓	✗
Boletim do Laboratório de Hidrobiologia	✓	✗	✗
Cadernos de Pesquisa	✗	✓	✓
Cambiassu: Estudos em Comunicação	✓	✓	✗
Ensino & Multidisciplinariedade	✓	✓	✓
Infinitum: Revista Multidisciplinar	✓	✓	✗
InterEspaço: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	✗	✓	✓
Journal of Geospatial Modelling	✗	✗	✗
Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	✓	✓	✓
Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários	✓	✓	✗
Revista Bibliomar	✓	✓	✗
Revista Brasileira de História das Religiões	✓	✓	✗
Revista Brasileira do Caribe	✓	✓	✓
Revista de Ciências da Saúde	✓	✗	✗
Revista de Pesquisa em Saúde	✗	✗	✓
Revista de Políticas Públicas	✓	✓	✓
Revista Educação e Emancipação	✗	✓	✓
Revista Humanidades & Educação	✗	✓	✗
Revista Iluminus	✓	✓	✗
Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade	✓	✓	✓
Revista Pós Ciências Sociais	✗	✓	✗
Revista Trópica - Ciências Agrárias e Biológicas	✗	✓	✗
Revista Turismo & Cidades	✓	✓	✓
Terra de Pretos: Revista Multidisciplinar	✗	✓	✓
Fenomenologia e Psicologia	✗	✓	✗
Revista Publius	✗	✓	✗

Fonte: Elaboração própria (2026).

A análise desses periódicos foi realizada por meio do modelo para avaliação de periódicos científicos e técnicos, desenvolvido por Braga e Oberhofer (1982), porém com algumas adaptações. Esse modelo apresenta 7 (sete) critérios para avaliação que são: a) normalização; b) duração; c) periodicidade; d) indexação; e) difusão; f) colaboração e divisão de conteúdo e g) autoridade. Visto que o intuito da pesquisa é analisar a qualidade da normalização dos periódicos, utilizou-se apenas as variáveis determinadas para o critério de normalização.



Em seguimento à seleção dos periódicos, com aplicação das variáveis de avaliação, analisou-se os números publicados, no ano de 2024, em cada título e os artigos neles constantes. Notifica-se que a delimitação do ano decorreu da atualização da NBR 10520 em 2023 e ter possibilitado a adequação de sua normalização, pelas comissões editoriais, seguindo as novas diretrizes de citação.

Referente aos artigos constantes nos Periódicos, realizou-se a seleção por meio da leitura do resumo. Em alguns casos fez-se necessário a leitura também da introdução, tendo em vista que, devido à forma redacional, não evidenciou aspectos pertinentes à pesquisa. Os resultados estão apresentados na seção de resultados e discussão.

3 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica é o principal instrumento para a produção, circulação e disseminação do conhecimento científico. Tem um papel fundamental na ciência, sendo tão relevante quanto a própria pesquisa, visto que uma investigação é reconhecida como científica quando os seus resultados são analisados e avaliados por seus pares, o que só é possível através da sua divulgação (Meadows, 1999). Para Fernandes e Santos (2006) a comunicação científica corresponde ao processo de troca de informações entre os pesquisadores, do qual depende o desenvolvimento da ciência, e que está condicionado ao nível de comunicação estabelecido entre os envolvidos.

O conhecimento que é compartilhado no processo da comunicação se caracteriza como científico, uma vez que busca responder indagações que não podem ser respondidas apenas pelo senso comum. Em vista disso, Ruiz (1986, p. 106) enfatiza que “O conhecimento científico difere do conhecimento vulgar e vai muito além dele, porque explica os fenômenos e não só os aprende”.

Targino (1998) reforça que comunicação científica tem início no momento em que o pesquisador concebe a investigação até a aceitação e socialização dos resultados como parte do conhecimento científico. Nesse sentido, Garvey (1979) reitera que mesmo que o cientista cumpra com os princípios da lógica formal e adote um comportamento científico rigoroso, seu estudo só será reconhecido como contribuição científica quando os resultados obtidos percorrerem o fluxo da comunicação científica.

Na Grécia Antiga essa socialização do conhecimento ocorria principalmente por meio da oralidade, pois as produções escritas não estavam ao alcance de todos. No entanto, pode-se considerar a invenção dos tipos móveis um marco significativo que possibilitou a ampla disseminação dos saberes científicos por meio da escrita (Kuramoto, 2007; Gomes, 2014; Targino; Torres, 2014). Essa evolução proporcionou à comunicação científica um fluxo contínuo, no qual se distinguem duas formas principais: a formal e a informal. Embora diferentes autores utilizem nomenclaturas diversas, há consenso de que ambas se complementam nesse processo de socialização.



Na perspectiva da comunicação formal, a disseminação dos resultados da pesquisa ocorre por meio de documentos escritos, como livros, periódicos, anais de eventos, entre outros. Por sua vez, a comunicação informal se constitui pela troca verbal de informação, abrangendo conversas, apresentações em seminários, conferências, palestras, entre outras interações. Campello (2000) considera que a apresentação de trabalhos em eventos oferece ao pesquisador a oportunidade de uma avaliação mais ampla de sua produção pelos pares, uma vez que difere por exemplo da submissão para periódicos, no qual o processo é realizado por um grupo restrito de avaliadores.

Embora a comunicação informal seja considerada mais ágil, por possibilitar interação imediata e *feedback* direto entre os pesquisadores, é através da comunicação formal que se tem uma ampla validação do conhecimento, sendo possível armazenar e recuperar a informação, ampliando a disseminação para grande parcela da comunidade científica (Barcelos; Gomes, 2020).

Esse fluxo informacional sofreu algumas mudanças em razão do desenvolvimento tecnológico que alterou os meios tradicionais da informação, o que tornou ambígua a distinção entre a comunicação formal e informal como destaca Mueller (2000, p. 29):

As mudanças causadas pela tecnologia têm sido tão abrangentes e inovadoras que até mesmo conceitos estabelecidos com *canais informais e canais formais* são questionados por alguns autores, que alegam já não ser possível distinguir com clareza as diferenças entre eles. De fato, tornou-se difícil definir o que seja comunicação formal e informal, documento primário ou secundário.

Devido à complexidade do processo de comunicação científica encontra-se na literatura alguns modelos desenvolvidos por estudiosos com o propósito de mostrar de forma clara, ainda que não na sua totalidade, os estágios que vão desde a concepção da pesquisa até sua divulgação. Um dos primeiros modelos criados foi o de Garvey e Griffith (1979), em que apresentam as seguintes etapas: a) Início da pesquisa; b) Disseminação informal dos resultados; c) Submissão do manuscrito; d) Publicação em periódicos; e) Assimilação do conhecimento pela comunidade científica.

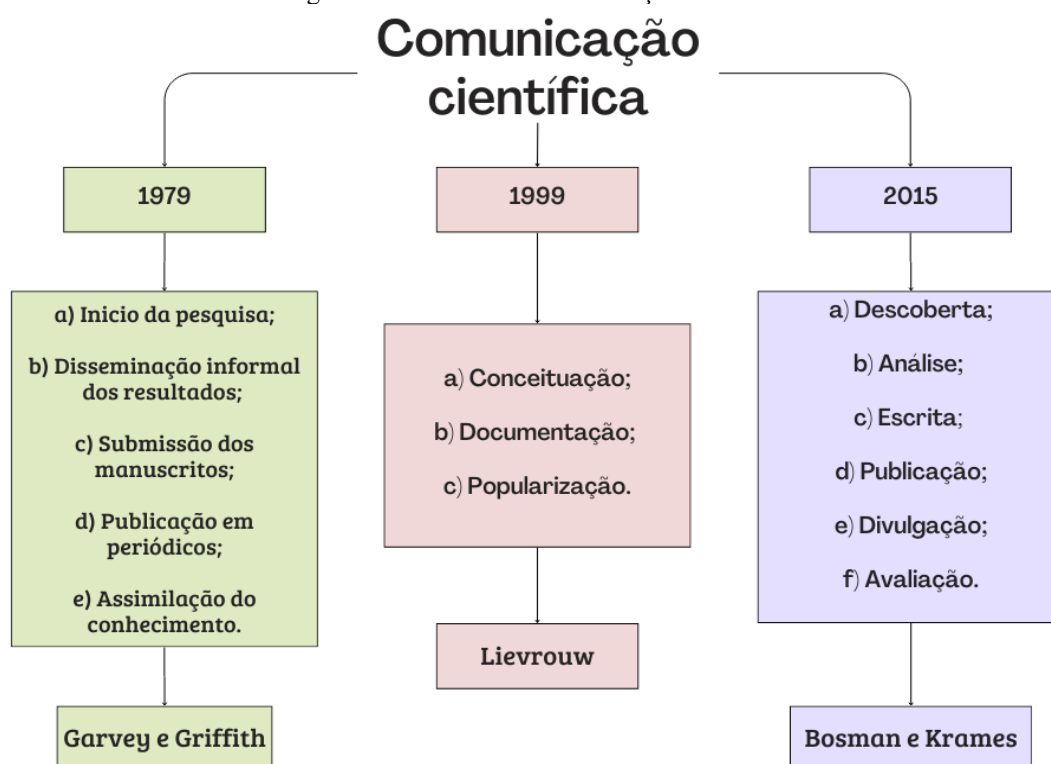
Lievrouw (1990) também propôs um modelo considerando que a comunicação é estruturada com base nas interações entre os indivíduos, que se conectam através dos significados que são construídos em conjunto. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento da Ciência pode ser interpretado como um processo cíclico de comunicação, composto por três estágios que são: a) Conceituação; b) Documentação; c) Popularização (Lievrouw, 1990). Pode-se citar ainda Bosman e Krames (2015) que analisaram o uso de novas ferramentas por pesquisadores utilizando como base as seguintes etapas: a) Descoberta; b) Análise; c) Escrita; d) Publicação; e) Divulgação; f) Avaliação.

Ainda que se tenha essa variação de nomenclaturas e de etapas adotadas no processo da comunicação científica, sua característica de confiabilidade não se altera. Para Muller (2000), essa confiabilidade é adquirida através das metodologias científicas adotadas nas pesquisas, além da



divulgação dos resultados que possibilitam o julgamento por seus pares, mantendo assim o fluxo da comunicação científica (Figura 2).

Figura 2 – Modelos de Comunicação Científica



Fonte: Elaboração própria (2026).

Entende-se então que a comunicação científica é um pilar fundamental para a produção e circulação do conhecimento cuja disseminação é otimizada constantemente pelos avanços tecnológicos. Cabe ressaltar que essas transformações ampliaram a produção do conhecimento científico de modo a fomentar novas descobertas contribuindo para o desenvolvimento intelectual e social. Nesse sentido, o surgimento de novas formas de socialização do conhecimento científico e o acesso facilitado à informação reforçam o papel dinâmico da comunicação científica na consolidação da Ciência.

4 NORMALIZAÇÃO

A normalização é uma atividade essencial para a sociedade, visto que as normas funcionam como diretrizes que orientam comportamentos individuais e coletivos, e garantem uniformização de atividades ou serviços conforme os padrões estabelecidos. De acordo com a ABNT (2011, p. 30) a normalização consiste em “[...] uma atividade que estabelece, em relação a problemas existentes ou potenciais, prescrições destinadas à utilização comum e repetitiva com vistas à obtenção do grau ótimo de ordem, em um dado contexto”.



No sistema da comunicação científica a normalização está associada a padronização de documentos e publicações em conformidade com as normas de documentação, as quais podem variar de acordo com as áreas de pesquisa. Nesse sentido a normalização tem como objetivo garantir uniformidade na apresentação da informação, promovendo consistência, o que é essencial para a qualidade da função memória, e essa consistência, por sua vez, auxilia na disseminação da informação (Souza, 2002).

A adoção de práticas de normalização na comunicação científica se fez necessária diante do aumento das publicações científicas que estavam sendo apresentadas sem nenhum controle editorial. Tendo em vista essa dificuldade para localizar e identificar as pesquisas desenvolvidas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) buscou, na década de 1960, estabelecer diretrizes para disciplinar essa produção científica, promovendo práticas editoriais éticas e padronizada.

Então,

A UNESCO publica e divulga este ‘Código de Boas Práticas em Publicações Científicas’, convencida de que o cumprimento das regras do ‘Código’ acelerará a ordenação da documentação científica, melhorará o valor das informações nela contidas e limitará as enormes despesas incorridas pelos centros de documentação científica e técnica em todos os países (UNESCO, 1963, p. 107, tradução própria).

Para elaboração desse Código de Boas Práticas¹, a UNESCO organizou, um Comitê composto pela Federação Internacional de Documentação (FID), pelo Conselho Internacional de Ciência (ICSU), pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e pela Organização Internacional de Normalização (ISO) (Figura 3).

¹ Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bulmi_0037-9328_1963_num_86_1_8304.



Figura 3 – Código de Boas Práticas em Matéria de Publicações Científicas



Fonte: Unesco (1963).

O Código determina diretrizes para a estrutura da redação dos resultados das pesquisas que devem ser seguidas pelos autores de publicações científicas. Além disso, apresenta recomendações para os editores dos periódicos científicos, enfatizando sua responsabilidade em acompanhar e aplicar as regras estabelecidas como obrigação moral. Nesse sentido Cunha (1963, p. 62) destaca que “Todo estudioso-autor é um centro produtor de informações e, por isso mesmo, deve aceitar a responsabilidade de comunicar adequadamente os resultados de seus estudos e adotar, para tal tarefa, a mesma seriedade com que desenvolveu o trabalho de pesquisa”.

Independente da forma de divulgação do conhecimento científico, a normalização precisa ser um critério de avaliação pois a adoção de normas garante uma padronização na forma como a informação é disponibilizada e consequentemente recuperada. Atualmente grande parte das pesquisas são disponibilizadas em meio eletrônico então “[...] o rigor no seguimento das normas torna-se



imprescindível, pois os sistemas automatizados necessitam que os dados estejam em perfeita sintonia com as normas, para que os computadores possam interpretar eletronicamente os dados” (Ferreira; Krzyzanowski, 2003, p. 45).

Nesse sentido, a adequação às normas e à uniformização dos elementos de apresentação dos trabalhos científicos contribui para a ampla divulgação e recuperação das informações, uma vez que a padronização facilita a indexação em bases de dados. Além disso, essa padronização possibilita a interoperabilidade entre os sistemas informacionais, que ocorre através da aplicação dos metadados, que são responsáveis por descreverem características essenciais dos documentos, possibilitando essa comunicação entre os sistemas.

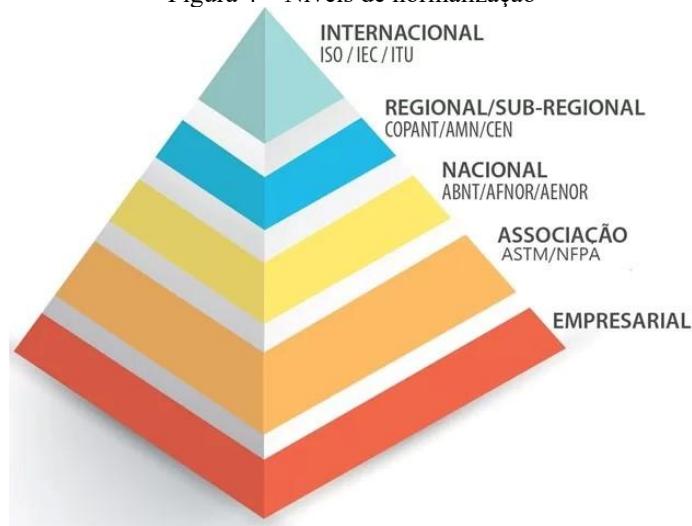
Fernandes e Santos (2006) destacam que o uso da normalização na documentação científica contribui para: a) controle bibliográfico; b) recuperação da informação; c) gerenciamento de coleções de documentos; d) apresentação e organização de textos; e) na produção e reprodução de documentos; f) e na organização de sistemas e serviços de informação. Em síntese, a normalização é um critério de impacto nas pesquisas científicas, que evidencia o rigor dessas publicações. Ademais garante visibilidade a pesquisadores, possibilitando que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral tenham acesso ao conhecimento científico que é divulgado.

As normas técnicas, são utilizadas como diretrizes que garantem a padronização e uniformidade para o desenvolvimento de produtos e serviços. Nesse sentido a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2025) define que, “Norma é o documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto”.

No contexto da comunicação científica, as normas de informação e documentação são um requisito cobrado pelo corpo editorial para publicação das pesquisas, uma vez que sua utilização assegura credibilidade aos trabalhos, além de proporcionar a disseminação de seus resultados de forma mais ampla. Há diversos órgãos responsáveis pela elaboração de normas, e sua abrangência depende do alcance geográfico, político ou econômico que determinam cinco níveis de normalização que são: a) Nível Internacional; b) Nível Regional; c) Nível Nacional; d) Nível Empresarial; e) Nível de Associação. Essa classificação também pode ser representada em forma de pirâmide como mostra a Figura 4.



Figura 4 – Níveis de normalização



Fonte: ABNT (2025).

No âmbito nacional há destaque para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que é o foro nacional de normalização, amplamente utilizado no meio científico e acadêmico brasileiro. Fundada na década de 1940, a ABNT cria as normas de acordo com as demandas da sociedade que são repassadas aos Comitês Brasileiros (CB) e Organismos de Normalização Setorial (ONS) que avaliam a solicitação e encaminham para as Comissões de Estudo Especiais (CEE) que auxiliam na elaboração das normas.

As normas para informação e documentação são de incumbência do Comitê Técnico ABNT/CB-014 que é responsável pela “Normalização no campo da informação e documentação compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (ABNT, 2025). Para publicações periódicas técnicas e/ou científicas, a ABNT disponibiliza a NBR 6021/2015 que traz diretrizes e recomendações referentes à apresentação dos elementos que constituem um periódico científico. Para além dessa norma há outras que dizem respeito aos artigos publicados pelos periódicos as quais pode se destacar:

- a) ABNT/NBR 6022 - Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;
- b) ABNT/NBR 6023 - Referências – Elaboração;
- c) ABNT/NBR 6024 - Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação;
- d) ABNT/NBR 6028 - Resumo, resenha e revisão – Apresentação;
- e) ABNT/NBR 10520 Citações em documentos – Apresentação;
- f) ABNT/NBR 10525 - Número padrão internacional para publicação seriada - ISSN.

O uso das normas da ABNT é facultativo, então alguns periódicos optam por utilizar outros estilos internacionais como o Vancouver, que é usado principalmente pela área Biomédica. O estilo



Vancouver foi desenvolvido em 1979 pelo grupo Vancouver formado por editores de revistas médicas que posteriormente tornou-se o International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE, 2025). Essas recomendações foram criadas com objetivo de padronizar o desenvolvimento e a disseminação das pesquisas em periódicos médicos, além de fornecer diretrizes para boas práticas éticas, auxiliando na revisão por pares e na publicação das pesquisas.

Outra norma internacional que também utilizada é o Estilo da American Psychological Association (APA), criado em 1929 por psicólogos, antropólogos e gestores de empresas, com o intuito de apresentar procedimentos e diretrizes que facilitasse a escrita científica e também a compreensão do texto por parte dos leitores (APA, 2023). Esse estilo é utilizado principalmente pelos periódicos de psicologia, além das áreas de Educação, Ciências Sociais e Comportamentais, Ciências humanas entre outras. Sua abrangência é tanto para os originais destinados a publicação em periódicos como para trabalhos acadêmicos.

Cada uma dessas normas apresenta suas particularidades em relação às apresentações das citações e referências, pois segue as diretrizes pertinentes a suas áreas. Em comparação com o Estilo Vancouver e o APA, a ABNT demanda maior detalhamento dos elementos essenciais e da pontuação na formatação, além disso suas diretrizes podem ser consideradas mais amplas, pois abordam diversos tipos de documentos. Em relação à escolha da norma a ser utilizada nas publicações, fica a critério do periódico, que deve informar nas orientações para autores as normas que são usadas e a forma de apresentação da pesquisa.

5 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM OLHAR A PARTIR DA NORMALIZAÇÃO

Os periódicos científicos são fontes de informação que socializam o conhecimento científico que é produzido por pesquisadores, tendo como característica fundamental a periodicidade das suas publicações. Ao longo da história consolidaram-se como um meio confiável e legítimo para a publicação de pesquisas, oferecendo fontes de referência para outras investigações e proporcionando visibilidade aos trabalhos divulgados (Contreira; Miranda, 2020). Até a primeira metade do século XVII os resultados das pesquisas eram publicados em livros, um processo mais demorado, ou circulavam por meio de cartas e atas de reuniões entre pares.

Esse cenário começa a mudar a partir de janeiro de 1665 com a publicação do primeiro número do *Journal des Sçavans* em Paris sob o comando de Denis de Sallo. Esse primeiro periódico apresentava inicialmente o catálogo dos livros publicados na Europa, além de obituários de personalidades intelectuais, experimentos em Física e Química e também as decisões legais tomadas pela Igreja e pelo Estado (Moxham; Fyfe, 2022). Pouco depois, em Londres, a Royal Society criada em 1662 e formada por grupos de intelectuais dedicados ao debate filosófico e científico buscava



também novas formas de comunicação. Além de participar das reuniões, alguns membros da sociedade viajavam para coletar informações dos estudiosos (Meadows, 1999).

O secretário da sociedade, Henry Oldenburg, inspirado pelo periódico francês, viabilizou em março de 1665 a criação do *Philosophical Transactions*, aprovado pelo conselho da Royal Society e publicado até os dias atuais. Diferentemente do periódico parisiense, que apresentava uma diversidade temática, o *Philosophical Transactions* concentrou-se mais diretamente no conhecimento natural e filosófico, inaugurando um modelo que influenciaria o desenvolvimento das publicações científicas posteriores (Meadows, 1999; Moxham; Fyfe, 2022). O conteúdo do primeiro número era composto por “[...] notícias de seus correspondentes, notas curtas extraídas dos registros manuscritos da *Royal Society* e traduções do *Journal des Sçavans*” (Moxham; Fyfe, 2022, p. 21).

No Brasil, as publicações periódicas começaram a ser impressas mais tarde, com a instalação da Impressão Régia em 1808, a partir do decreto de D. João VI que permitiu o funcionamento de tipografias no país. O primeiro periódico a ser impresso foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e logo depois surgiu o periódico baiano *Idade d’Ouro do Brasil*, e ainda o *Jornal Literário As Variedades* conhecido também como *Ensaio de Literatura* (Freitas, 2006).

Essas publicações inicialmente tinham caráter predominantemente político e literário, mas logo começaram a abrir espaço para temas científicos. Um marco importante foi *O Patriota* (1813), considerado por alguns autores a primeira revista do país, que, embora abordasse questões científicas, ainda mesclava esse conteúdo com textos de variedades (Kury, 2011).

Outro periódico que teve destaque com publicações científicas foi o *Beija-Flor - Anais Brasileiros de Ciência, Política e Literatura*, iniciado em 1820. Cabe ainda ressaltar a criação dos periódicos *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Literatura* (1922); *Auxiliador da Indústria Nacional* (1833), voltado para agricultura e indústria; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838) que publica até os dias atuais e a *Revista do Instituto Científico* (1860) (Freitas, 2006).

Diverso do contexto europeu, em que os periódicos já nasciam ligados a sociedades científicas estruturadas, os periódicos brasileiros foram, inicialmente, fortemente vinculados a questões políticas e literárias. Contudo, ao longo do século XIX, com a criação de sociedades científicas, instituições de ensino e universidades, gradualmente consolidaram-se como fontes significativas para o desenvolvimento da ciência no país.

Nos séculos XIX e XX, a expansão dos periódicos brasileiros acompanhou o processo de institucionalização da ciência no país, mas foi a partir do advento das tecnologias digitais que eles passaram por mudanças mais profundas. Com o surgimento das versões eletrônicas e do modelo de acesso aberto, ampliou-se significativamente a circulação e disseminação do conhecimento científico. Plataformas como a SciELO, e o Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior



(CAPES), consolidaram-se como referenciais internacionais, permitindo maior integração da produção brasileira ao cenário global da comunicação científica.

A partir dessa ampliação e disseminação da produção científica em esfera mundial surge a necessidade de avaliar a qualidade dos periódicos, emergindo assim na década de 1960 trabalhos que apresentam critérios que serviram de base para a avaliação da qualidade das publicações dos periódicos (Ferreira; Krzyzanowski, 2003). A exemplo, Braga e Oberhofer (1982) apresentaram um modelo de avaliação que considera a análise a partir de sete critérios: a) Normalização; b) Duração; c) Periodicidade; d) Indexação; e) Difusão; f) Colaboração e divisão de conteúdo; g) Autoridade.

Baseando-se nesse modelo Yahn (1983), desenvolveu um trabalho de avaliação de periódicos brasileiros na área da agricultura propondo alguns ajustes ao modelo utilizado. Por outro lado, Krzyzanowski, Krieger e Duarte (1991) avaliaram os periódicos científicos brasileiros quanto ao seu mérito pela avaliação dos seus pares. Outro estudo significativo foi o realizado por Castro, Ferreira e Vidili (1996) que nortearam suas análises a partir das características formais dos periódicos científicos latino-americanos da área de ciências da saúde, utilizando também como referência o modelo de Braga e Oberhofer (1982), porém com algumas modificações de acordo com a necessidade da pesquisa.

Percebe-se que ao longo dos anos as publicações científicas vêm sendo avaliadas por diferentes aspectos, que envolvem sempre as características intrínsecas e extrínsecas das publicações, onde as

[...] características extrínsecas são: ‘as práticas editoriais explicitadas, critérios e procedimentos para seleção e avaliação de artigos, política editorial explícita, instruções aos autores, normalização, duração do periódico (tradição, continuidade), regularidade de publicação, indexação em bases de dados nacional e internacional, tiragem e apresentação gráfica’. As características intrínsecas são ‘corpo editorial, sistema de avaliação por pares e integração do autor com o leitor’ (Valério, 2005, *apud* Sabadini; Sampaio; Nascimento, 2009, p. 37).

Para que um periódico seja bem-sucedido, o Editor precisa desempenhar suas funções com responsabilidade, porém depende também de outros envolvidos no processo de publicação. Em relação a estrutural editorial do periódico, Trzesniak (2009) destaca que esta é essencial para a perenidade do periódico, e que deve ser formado por:

- a) Comitê/Conselho de Política Editorial – Responsável por questões administrativas e políticas;
- b) Corpo Editorial Científico – Multi-institucional, responsável pela qualidade científica do periódico;
- c) Consultores (ou revisores) *ad hoc* – Responsáveis pela avaliação dos originais.

Diante da evolução histórica dos periódicos, que inclui a transição do impresso ao eletrônico, além do considerável aumento na quantidade de publicações, a avaliação dos periódicos é um importante aliado uma vez que promove a incorporação de práticas editoriais, e adoção de normas e



padrões de publicação que contribuem para a credibilidade das publicações científicas. Logo, compreender sua evolução é fundamental para analisar os mecanismos e as práticas de normalização adotadas pelos periódicos, tema central deste trabalho.

6 UNIVERSIDADES E PORTAIS DE PERIÓDICOS

As primeiras universidades da Europa surgiram na Idade Média entre os séculos XI e XIII, tendo a Igreja como principal responsável por essa unificação dos saberes em uma única instituição que era a Universidade. Inicialmente apresentavam um modelo tradicional de ensino, pois estavam sob a proteção da Igreja que não aceitava nenhuma interferência dos movimentos que surgiam, se mantendo indiferente às transformações sociais e intelectuais até o século XVIII (Teixeira, 1968; Luckesi *et al.* (2009). O cenário começa a mudar a partir do século XIX impulsionado pelas descobertas científicas, pela influência do Iluminismo e pelo fortalecimento do Estado (Trindade, 2020).

Diante desse contexto começam a ser criadas as universidades modernas. Entre as precursoras pode-se destacar a Universidade de Berlim criada por Humboldt e que se firmou como um centro de ensino voltado para a busca da verdade por meio da investigação e da pesquisa (Teixeira, 1968). Também há ênfase na literatura para a Universidade Imperial, criada na França por Napoleão, caracterizada pelo foco profissionalizante sendo constituída por academias isoladas com objetivos distintos (Trindade, 2000). Essas universidades se diferenciavam das criadas no período medieval, por estarem sob o comando do Estado e não da Igreja.

No Brasil, o Ensino Superior começa a ser ofertado a partir de 1808 motivado pela transmigração da Família Real para o Brasil. Nesse sentido, Teixeira (1968), Fávero (2006) e Luckesi *et al.* (2009) destacam que houve várias tentativas de se instaurar universidades no Brasil, porém sem êxito e o que se tinha eram faculdades isoladas ou escolas de ensino superior com caráter profissionalizante similar ao modelo napoleônico. Somente em 1920 por meio do Decreto nº 14.343 (Brasil, 1920), que foi instituída oficialmente a Universidade do Rio de Janeiro, constituída com a união entre a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a de Direito, asseguradas com autonomia didática e administrativa. Contudo com as mesmas características preparatórias como enfatiza Alencar (1969, p. 126-217):

[...] a Universidade no Brasil nasceu já velha porque essencialmente estava destinada à mera função de preparar decorativamente as elites sociais e culturais do país, como há dois séculos ou mais o faziam as Universidades européias, e como passaram a fazê-lo as Faculdades e Escolas criadas pelo Império.

Algumas universidades até tentaram implementar o modelo de ensino moderno, caracterizada como um espaço livre para construção de saberes científicos, e com autonomia universitária, porém



suas atividades foram interrompidas por questões políticas. A exemplo pode-se citar a Universidade do Distrito Federal, criada em 1934 por incentivo de Anísio Teixeira e encerrada pelo Estado Novo. A criação da Universidade de Brasília em 1961, como referência de universidade integrada, também representou um ponto de partida para a reforma no Ensino Superior brasileiro apesar de se manter inicialmente por apenas quatro anos em decorrência da ditadura militar (Ribeiro, 1969).

Foram os esforços de intelectuais e movimentos estudantis que possibilitaram a reforma no ensino superior transformando a Universidade em um espaço de ensino, pesquisa e extensão, sendo responsável pela produção e circulação do conhecimento científico para um público amplo e variado não se restringindo apenas a um grupo seleto de pesquisadores. Crespo e Rodrigues (2011, p. 37) destacam que “A Universidade, na sociedade pós-moderna, é fundamentada no conhecimento, na atualização constante, com ênfase crescente na pesquisa – a mola propulsora do desenvolvimento”.

A visibilidade proporcionada às pesquisas está atrelada principalmente às publicações em periódicos científicos que em sua grande maioria estão vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES). É importante destacar que o desenvolvimento das TIC e o Movimento da Ciência Aberta contribuíram para mudanças na forma de apresentação dos periódicos científicos que passaram a ser produzidos também no meio eletrônico.

Cabe ressaltar que o Movimento da Ciência Aberta surgiu a partir das iniciativas em favor do acesso aberto às publicações científicas no final do século XX, como resposta aos elevados custos cobrados pelas editoras comerciais (Albagli, 2019). Shintaku e Seabra Júnior (2019, p. 32) destacam ainda que: “A Ciência Aberta é um guarda-chuva que envolve várias vertentes, na medida em que se apresenta como um caminho para a democratização da ciência, com mudanças no *modus operandi* de várias atividades”. Nesse sentido, o movimento contribuiu para a ampliação das publicações e consequentemente divulgação do conhecimento científico para a sociedade, de forma gratuita e sem restrição.

Por meio da Ciência Aberta atrelada à tecnologia, com *softwares* que possibilitaram os arquivos abertos, tornou-se viável a criação de um espaço *online* para que abrigasse as produções científicas e facilitasse a busca e o acesso a elas, surgindo assim os portais de periódicos. Os portais de periódicos agrupam e disponibilizam todos os periódicos de uma instituição, em uma mesma plataforma. Garrido e Rodrigues (2010) enfatizam que a criação de um portal de periódicos, demanda da instituição suporte tecnológico, adoção de diretrizes para novos periódicos, além do suporte aos editores quanto ao manuseio das plataformas. As plataformas de editoração auxiliam durante todas as etapas desde a submissão até a publicação das pesquisas, simplificando inclusive o contato entre os autores e o corpo editorial.

Um dos principais *softwares* de gerenciamento de periódicos utilizados no Brasil é o Open Journal System (OJS), com tradução em português para Serviço de Editoração Eletrônico de Revistas



(SEER). O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é o responsável pela tradução do *software* a cada atualização, e foi o primeiro a utilizar no Brasil para publicar o periódico *Ciência da Informação* em 2005, dando assim visibilidade ao OJS. Além disso, o IBICT é o responsável por dar suporte e proporcionar treinamentos para a utilização da ferramenta (Brito *et al.*, 2018). Pode-se destacar entre suas funcionalidades:

[...] a gestão de atividades dos atores envolvidos no processo, do fluxo editorial completo dos periódicos, desde a criação da revista até a manutenção dos números já publicados. Inclui a submissão do trabalho por parte dos autores, o registro das recomendações dos pareceristas em relação a este documento e sua aprovação ou rejeição pelo editor científico ou, também, pelo editor executivo; a publicação na web das informações sobre a publicação, seu histórico, e as edições e artigos em texto completo. Suporta também a publicação de recursos hipermídia. Oferece, ainda, ferramentas para pesquisa em seu conteúdo e a integração com outros sistemas para compartilhamento, divulgação, preservação e democratização do acesso ao conteúdo publicado (Brito *et al.*, 2018, p. 20).

De mãos dadas com as políticas de Ciência Aberta, no que se refere à publicação e divulgação do conhecimento científico, a UFMA instituiu o Portal de Periódicos Eletrônicos, por meio da Resolução nº 1890-CONSEPE de 28 de junho de 2019 (UFMA, 2019). O Portal “[...] tem como finalidade reunir e disponibilizar em um único ambiente institucional digital de acesso aberto, os periódicos científicos produzidos no âmbito da UFMA” (UFMA, 2019, p. 1). Está sob gestão do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) o qual conta com três bibliotecárias responsáveis pela sua organização e auxílio aos editores no processo de publicação e manutenção das revistas.

Diante do exposto os portais de periódicos assim como outras formas de disseminar o conhecimento institucional a exemplo dos repositórios desempenham um papel crucial na socialização do conhecimento. Por meio desse percurso histórico percebe-se a evolução das universidades no que tange à produção e democratização do conhecimento, contribuindo significativamente para o avanço da ciência, ainda que com suas limitações.

7 PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DA UFMA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

O software utilizado para o gerenciamento do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFMA é o OJS, que torna possível a integração de periódicos de várias áreas do conhecimento com características distintas em um mesmo espaço. Além disso possibilita que o editor do periódico controle e acompanhe todas as etapas do processo editorial, desde a submissão até a publicação. Atualmente há 27 (vinte e sete) periódicos ativos no portal da UFMA, com fluxos diferentes e em sua grande maioria estão vinculados aos programas de pós-graduação.

Dos 27 (vinte e sete periódicos) ativos no portal, 6 (seis) atenderam aos critérios mencionados na metodologia, que são: a) ter periodicidade semestral²; b) utilizar como padrão de normalização as

² Atualmente a *Revista Brasileira do Caribe*, está com periodicidade anual, contudo no momento de seleção dos periódicos



normas da ABNT; c) estar indexado no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), consequentemente figurando a amostra analisada. Os periódicos são de diferentes áreas do conhecimento e, como mencionado na metodologia, foram analisados os números publicados em 2024 por cada periódico (Quadro 2).

Quadro 2 – Periódicos da UFMA que foram analisados

Periódico	Fascículo	Quant. de artigos publicados	Vínculo institucional
Ensino e Multidisciplinaridade	v. 10, n. 1, jan./jun. 2024 v. 10, n. 2, jul./dez. 2024	10	Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática
Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	v. 7, n. 16, 2024 v. 7, n. 17, 2024	13	Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos e Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros
Revista Brasileira do Caribe	v. 25, n. 1, jan./jun. 2024 v. 25, n. 2, jul./dez. 2024	14	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão e Grupo de Pesquisa "Estudos do Mundo Atlântico e suas Diásporas
Revista de Políticas Públicas	v. 28, n. 1, 2024 v. 28, n. 2, 2024	48	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade	v. 10, n. 1, jan./jun. 2024 v. 10, n. 2, jul./dez. 2024	26	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
Revista Turismo & Cidades ³	v. 6, n. 3, jan./jun. 2024	5	Departamento de Turismo e Hotelaria e Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio
TOTAL		116	

Fonte: elaboração própria (2025).

Como o intuito do estudo é avaliar a normalização dos periódicos, os 116 (cento e dezesseis) artigos foram analisados considerando apenas as variáveis do critério de normalização do modelo proposto por Braga e Oberhofer (1982), porém com algumas adaptações pertinentes ao cenário eletrônico em que os periódicos se encontram. As variáveis apresentam uma escala de valor para cada condição atendida (Quadro 3).

Quadro 3 – Modelo para avaliação da normalização dos periódicos

Variável	Condição	Pontuação
1 Periódico no todo		
1.1 Diretrizes para submissão	Ser explícita	1
	Ser explícita com menção às normas	2
	Com menção às normas e com template	3
1.2 Legenda bibliográfica	Existência	1
	Existência em todos os artigos	2
1.3 ISSN	Existência	2
1.4 DOI	Existência	2

para avaliação, ainda estava classificado com a periodicidade semestral, logo optou-se por mantê-lo no estudo.

³ A Revista Turismo & Cidades publicou apenas um número em 2024, porém está classificada com periodicidade semestral, fator que a qualifica para o estudo.



2 Artigos		
2.1 Filiação do Autor	Indicação	1
	Indicação com ORCID	2
2.2 Resumo	Resumo em mais de uma língua	2
2.3 Descritores	Inclusão conforme as diretrizes	1
	Inclusão conforme a norma	2
2.4 Citações	Formatação inconsistente (na maioria dos artigos)	1
	Normalizadas com pequenas falhas	2
	Normalizadas	3
2.5 Ilustrações	Normalizadas parcialmente	1
	Normalizadas	2
2.6 Referências	Formatação inconsistente (na maioria dos artigos)	1
	Normalizadas com pequenas falhas	2
	Normalizadas	3

Fonte: Adaptado de Braga e Oberhofer (1982).

O desempenho do periódico em relação à normalização, foi definido com base no somatório dos valores de cada variável. Logo foi possível classificá-los de acordo com a conformidade às normas vigentes (Quadro 4)

Quadro 4 – Escala de valoração

Pontuação	Desempenho
0 a 5 pontos	Fraco (Não atendeu aos critérios)
6 a 13 pontos	Conformidade mediana (Apenas alguns critérios foram atendidos)
14 a 20 pontos	Conformidade parcial (A maioria dos critérios foram atendidos)
21 a 23 pontos	Conformidade plena (Todos os critérios foram atendidos)

Fonte: Adaptado de Braga e Oberhofer (1982).

Os periódicos foram analisados considerando suas características no todo, além da normalização de cada artigo individualmente, utilizou-se como base as normas vigentes da ABNT e as diretrizes dos periódicos. Em relação a NBR 6023, esta foi atualizada em maio de 2025, contudo o suporte para análise das referências foi a versão de 2018, visto que, o parâmetro de estudo dos periódicos foram as publicações de 2024. Sendo assim como resultado, nenhum dos 6 (seis) Periódicos obtiveram desempenho de conformidade plena, todos se enquadraram na classificação de conformidade parcial posto que atenderam a maioria dos critérios em relação à normalização (Quadro 5).



Quadro 5 – Lista de verificação dos critérios de normalização dos Periódicos

Variáveis	Periódicos					
	Ensino e Multidisciplinaridade	Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	Revista Brasileira do Caribe	Revista de Políticas Públicas	Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade	Revista Turismo & Cidades
Diretrizes para submissão	1	3	3	2	3	3
Legenda bibliográfica	2	2	2	1	2	2
ISSN	2	2	2	2	2	2
DOI	2	2	2	2	2	2
Filiação do Autor	2	2	2	1	1	1
Resumo	2	2	2	2	2	2
Descritores	1	-	2	1	-	1
Citações	2	1	1	1	1	3
Ilustrações	1	1	1	1	1	2
Referências	2	1	1	1	1	2
Pontuação Total	17 pontos	16 pontos	18 pontos	14 pontos	15 pontos	20 pontos

Fonte: elaboração própria (2025).

Ao avaliar a variável de Diretrizes para submissão (1.1), percebeu-se que os seis periódicos apresentam orientações quanto a estrutura e formatação dos originais, assim como sobre o processo de submissão, além disso, apresentam exemplos de citações, referências, e disponibilizam o template, com exceção da Revista Brasileira do Caribe. Em relação à indicação do uso das normas, são citadas principalmente a NBR 10520 e a NBR 6023, quanto à norma NBR 6022, que orienta sobre a apresentação de artigo em publicação técnica e/ou científica, é citada apenas nos periódicos: Revista Brasileira do Caribe, Revista de Políticas Públicas e Revista Turismo & Cidades. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de orientar os editores dos Periódicos, no que concerne à utilização das normativas que contribuem para a produção de artigos científicos.

No que se refere ao critério de legenda bibliográfica (1.2), apenas a Revista de Políticas Públicas não apresenta a legenda nos artigos. Quanto ao International Standard Serial Number (ISSN) (1.3) e o Digital Object Identifier (DOI) (1.4) não houve inconformidade, até mesmo porque a coordenação do portal auxilia na solicitação desses dados, contribuindo assim para apresentação em todos os periódicos.

Nos casos em que os artigos (2.0) apresentaram inconformidades em relação ao uso das normas atualizadas, observou-se a data de submissão de cada artigo e constatou-se então que alguns foram submetidos na mesma data de atualização da NBR 10520/2023 e em outros casos, a submissão aconteceu, aproximadamente, 3 (três) meses após publicar a atualização. Entretanto, a publicação dos artigos ocorreu apenas em 2024, logo deveriam ter sido revisados em relação à conformidade com a referida NBR.



Em relação à filiação do autor (2.1), os periódicos, Revista de Políticas Públicas, Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e a Revista Turismo & Cidades não apresentam o Open Researcher and Contributor ID (ORCID) dos autores. Ainda que a inclusão desse elemento não seja citada nas normas e nem tenha uma obrigatoriedade, sua utilização é essencial para o compartilhamento de informações. Nesse sentido, Laure Haak (2018) destaca que o ORCID permite ao pesquisador ter uma identificação exclusiva, que auxilia no compartilhamento dos seus trabalhos, possibilitando uma comunicação entre diferentes sistemas, além disso acaba com os problemas de ambiguidade com os nomes dos pesquisadores.

No que diz respeito aos resumos (2.2), apenas os periódicos Ensino e Multidisciplinaridade, e Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, não estão fazendo referência nas suas diretrizes para o uso da norma NBR 6028/2021, que dispõe sobre a apresentação de resumo, resenha e recensão e consequentemente sobre os descritores. Identificou-se que em todos os demais periódicos analisados, estão estruturados conforme a norma, fator positivo, pois como destaca Garcia, Gattaz e Gattaz (2019) o resumo constitui um dos primeiros elementos do artigo ao qual o leitor tem contato, influenciando assim na decisão de utilizar o texto ou desconsiderá-lo.

Em relação aos descritores (2.3), apenas os artigos da Revista Brasileira do Caribe estão com as palavras-chave iniciando com letras minúsculas com exceção dos nomes próprios e separadas por ponto e vírgula, como orienta a NBR 6028/2021. Mesmo os demais periódicos orientando a respeito da formatação das palavras-chave nas diretrizes, observou-se que em seus artigos os descritores aparecem com letra maiúscula mesmo não sendo nome próprio, além de estarem separados entre si por ponto.

Sobre a avaliação das citações (2.4), reforça-se que, nos 116 (cento e dezesseis) artigos analisados, notou-se um problema em relação à conformidade com a norma vigente a NBR 10520, que orienta sobre a apresentação de citações em documentos, atualizada em 19 de julho de 2023. A versão atualizada da norma orienta que o nome dos autores nas citações deve ser escrito com letras maiúsculas e minúsculas, independentemente de estarem entre parênteses ou não. Porém dos 6 (seis) periódicos analisados apenas a Revista Turismo & Cidades e Ensino e Multidisciplinaridade estão em conformidade com esse aspecto da atualização da NBR. Ressalta-se que, embora os periódicos, Revista Brasileira do Caribe, Revista de Políticas Públicas, Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, apresentem os nomes dos autores entre parênteses com letras maiúsculas, essa indicação não oferece impacto na recuperação da informação, porém, cabe a ressalva da falta de rigor no seguimento das normas vigentes.

Em observância à NBR 10520, verificou-se que a partir do segundo semestre de 2024 os periódicos Revista Brasileira do Caribe, Revista de Políticas Públicas e Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, publicaram os artigos com as citações em concordância com as diretrizes.



Percebeu-se ainda que o periódico Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, mantém a inconformidade com a atualização da norma 10520/2023, utilizando ainda o formato da NBR 10520 de 2002, nos 2 (dois) números publicados em 2024.

Quanto às ilustrações (2.5), ficou evidente a falta de padronização nos elementos como título, e fonte. Os periódicos Ensino e Multidisciplinaridade, Revista Brasileira do Caribe, Revista de Políticas Públicas, Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, apresentaram ilustrações que não seguiam o mesmo padrão entre os artigos, ou então faltava algum elemento. Nesse critério apenas a Revista Turismo & Cidades, estava com suas ilustrações em conformidade com as orientações editoriais, apesar da falta de padrão nas ilustrações não representar problemas para a recuperação do documento, a heterogeneidade nas formas de apresentação afeta a composição estética dos artigos apresentados pelos periódicos.

No quesito referências (2.6), apenas os periódicos Ensino e Multidisciplinaridade e a Revista Turismo & Cidades apresentam pequenas falhas em relação a pontuação e uso das siglas. Nos periódicos Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, Revista Brasileira do Caribe, Revista de Políticas Públicas e Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, identificou-se problemas com a grafia da expressão “In” e “(org.)”, além de elementos obrigatórios em ordem contrária à norma.

Nos artigos, as referências de periódicos não indicavam o local de publicação e nem a sigla “[s. l.]”, ademais mesmo os periódicos citados estando em formato online não eram indicados elementos de disponibilidade ou data de acesso dos materiais. Em alguns casos ainda, os nomes de autores com mais de uma referência eram substituídos por um traço longo, porém a utilização desse recurso era disponibilizada em uma versão antiga da NBR 6023. Dada a sua relevância para a recuperação de informações, torna-se essencial manter a conformidade com às normas, pois, de acordo com Curty e Boccato (2005, p. 100) a referência “É a maneira pela qual o autor presta a quem lê uma satisfação quanto à sua seriedade e competência, permitindo assim a localização de documentos no todo ou em partes, segundo normas específicas”.

Embora os periódicos se enquadrem na categoria de conformidade parcial às normas vigentes, ficou evidente a falta de revisão dos artigos quanto às especificações das NBR 10520, NBR 6028, NBR 6023 em vigor. A maioria dos 116 (cento e dezesseis) artigos analisados, não apresentaram um padrão no que concerne à apresentação das referências. Em relação a isso Ferreira e Krzyzanowski (2003) destacam que é de suma importância manter o padrão nas referências, pois elas possibilitam o acesso aos trabalhos utilizados na pesquisa, portanto a falta de elementos essenciais dificulta a localização e consequentemente o acesso à informação.

Apesar dos periódicos apontarem que a não aplicação das normas resulta na devolução do original, notou-se que isso não ocorreu, uma vez que, os artigos foram publicados mesmo não estando



normalizados adequadamente, conforme as NBR em destaque nas orientações dos periódicos analisados. Ao verificar os editoriais dos periódicos, constatou-se ainda que, apenas a Revista de Políticas Públicas e a Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, possuem revisores de normalização, contudo também não apresentaram um desempenho satisfatório em relação à avaliação dos artigos, obtendo as menores pontuações.

A partir dos resultados, foi possível estabelecer comparações entre os periódicos. Percebeu-se, que a Revista Turismo & Cidades, obteve melhor desempenho com 20 (vinte) pontos, seguida da Revista Brasileira do Caribe, e Ensino e Multidisciplinaridade alcançando 18 (dezoito) e 17 (dezesete) pontos respectivamente, apresentando assim maior conformidade com as normas. Enquanto os periódicos Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e a Revista de Políticas Públicas fizeram 16 (dezesesseis), 15 (quinze) e 14 (catorze) pontos, evidenciando assim dificuldades em vários aspectos relacionados à padronização dos elementos.

Considerando a relevância da normalização para a comunicação científica, Crespo e Rodrigues (2011, p. 52-53) destacam que, “O uso adequado das normas técnicas [...], gera documentos de maior confiabilidade, que serão pesquisados e recuperados com qualidade em catálogos e base de dados, e consequentemente, permitirão a melhor disseminação das informações científicas”. Nesse sentido, a ausência de padronização pode comprometer a credibilidade do periódico e dificultar o processo de indexação nas bases de dados. Cabe mencionar que a coordenação de periódicos da UFMA, que aliás é formada por bibliotecárias, disponibilizam suporte às equipes editoriais, fator que pode contribuir para sanar as dificuldades com a normalização.

É importante ressaltar que para além da avaliação de conteúdo a que os artigos são submetidos, a avaliação formal também deve ser priorizada. Cunha (1978) destacava a necessidade de equilíbrio entre a qualidade política e a qualidade formal nos trabalhos, visto que a segunda é essencial para a circulação do conhecimento. Sendo assim, a adequação às normas sejam elas de âmbito nacional ou internacional, garantem credibilidade e confiabilidade aos periódicos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos científicos se consolidaram como principal meio de divulgação do conhecimento científico, tendo em vista, o rigor da avaliação por pares a qual as pesquisas são submetidas. Além disso, a disponibilização dos estudos se dá de forma mais ágil do que em outros formatos devido sua característica periódica. Ademais como consequência do acesso aberto os periódicos viabilizam a ampla disseminação das informações, contribuindo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Considerando a importância das publicações periódicas para a comunicação científica, torna-se fundamental constantes revisões aos periódicos quanto à adequação às normas e atualização das



diretrizes, mantendo-se assim alinhados às exigências editoriais. Nesse sentido, o estudo analisou seis periódicos da UFMA, a partir de critérios encontrados na literatura, com foco na conformidade às normas. Logo, foi possível verificar a qualidade da normalização dos periódicos, alcançando assim o objetivo central do estudo.

A partir da análise dos periódicos, com foco na aplicação das normas vigentes e diretrizes editoriais, destaca-se como principal resultado que os periódicos se enquadraram na classificação de conformidade parcial às normas vigentes da ABNT, pois alcançaram entre 14 (catorze) e 20 (vinte) pontos, conforme a escala de valoração do Quadro 4. Embora tenham cumprido com a maioria dos critérios, ao analisar individualmente cada artigo, o resultado evidenciou a existência de inconsistências quanto à aplicação das normas NBR 10520 e a NBR 6023, consideradas essenciais para a recuperação das pesquisas. Os resultados levam a inferir que a qualidade formal não parece ser um critério de grande relevância para os editores dos periódicos científicos.

Tendo em vista o contexto digital no qual os periódicos estão inseridos, a ausência de padrão nas publicações pode prejudicar a sua integração às bases de dados e os indexadores. Nesse sentido Vanz (2020, p. 82) afirma que “Se houver a padronização no momento de criar a informação e de divulgá-la, vai haver o aprimoramento na qualidade da sua busca e recuperação”. Essa falta de padronização entre artigos do mesmo periódico, que foi identificado, evidencia a falta de revisão da normalização antes da publicação, que pode prejudicar a credibilidade do periódico.

Ainda que a normalização seja uma responsabilidade do autor, nota-se que muitas das vezes pela necessidade de publicar em tempo hábil, alguns periódicos acabam por não devolver o original para que o autor faça as devidas correções na normalização, o que acaba por prejudicar a sua qualidade formal. Nesse contexto destaca-se a importância do papel desempenhado pelos editores, na manutenção e avaliação contínua do fluxo editorial. Ressalta-se, ainda, a necessidade de bibliotecários atuando na editoração dos periódicos, visto que são profissionais da informação e podem agregar significativamente, colaborando na orientação aos autores, na revisão das normalizações, contribuindo assim para a visibilidade e o reconhecimento científico.

Como contribuição, o estudo oferece uma análise dos aspectos formais das publicações periódicas, que pode auxiliar os editores na identificação de inconsistências quanto ao uso das normas e orientações aos autores. Além disso, enfatiza a importância da normalização para a padronização da informação e consequentemente sua divulgação. Sendo assim os resultados podem ser utilizados para melhorar o aspecto formal das publicações, de modo a despertar melhores práticas editoriais. Então, espera-se que com o estudo que os editores criem diretrizes mais eficientes que demonstrem para os pesquisadores, como também para as demais equipes, a importância do aspecto formal para divulgação das pesquisas.



No que se refere às limitações do estudo, destaca-se a dificuldade na definição dos critérios para a seleção da amostra analisada, uma vez que os periódicos são de diferentes áreas do conhecimento. Acrescenta-se a isso o tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa juntamente com a atualização de algumas normas, fatores que limitaram o recorte temporal adotado. Além disso, a análise da normalização baseou-se nas normas da ABNT e nas diretrizes destinadas aos autores. Porém, tais diretrizes podem ter sido atualizadas posteriormente, não correspondendo inteiramente às orientações vigentes nos fascículos de 2024 que foram analisados.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem a amostra desta análise, contemplando um número maior de periódicos, adotando diferentes critérios de seleção e avaliação. Tais estudos poderão aprofundar a discussão a respeito da normalização nas publicações científicas e sua importância para disseminação e recuperação da informação.



REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta: movimento de movimentos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias (org.). Ciência aberta para editores científicos. Botucatu: ABEC, 2019. p. 15-20. E-book. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso em: 16 jan. 2026.
- ALENCAR, Heron. Apêndice: a Universidade de Brasília. In: RIBEIRO, Darcy (org.). A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 213-238.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. APA style: about apa style. Washington: APA, 2023. Disponível em: <https://apastyle.apa.org/about-apa-style>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. História da normalização brasileira. São Paulo: ABNT, 2011. Disponível em: <https://abnt.org.br/wp-content/docs/institucional/historia-abnt.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Sobre a normalização. São Paulo: ABNT, 2025. Disponível em: <https://abnt.org.br/normalizacao/sobre-a-normalizacao/>. Acesso em: 30 ago. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6028: informação e documentação: resumo, resenha e recensão: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10525: informação e documentação: número Padrão Internacional para Publicação Seriada: ISSN. Rio de Janeiro: ABNT, 2025.
- BARCELOS, Janinne; GOMES, Suely. Ciência e comunicação na ciência: perorações a partir da noção de disputas. In: GOMES, Suely Henrique et al. (org.). Letramento informacional: entendendo a ciência e a comunicação científica. Goiânia: Gráfica UFG, 2020. p. 44-55. E-book. Disponível em: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/540>. Acesso em: 18 jun. 2025.



BERTHOLINO, Maria Luzia Fernandes; SILVA, Vera Lucia Braga da. Normas técnicas de informação e documentação: ABNT versus Vancouver. Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 39-44, jun. 2008. Disponível em: <https://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/117>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BOSMAN, Jeroen; KRAMER, Bianca. 101 Innovations in scholarly communication: how researchers are getting to grip with the myriad of new tools. LSE Impact Blog., 11 nov. 2015. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2015/11/11/101-innovations-in-scholarly-communication/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRAGA, Gilda Maria; OBERHOFER, Cecília Alves. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. Rev. Lat. Doc., v. 2, n. 1, p. 27-31, 1982. Disponível em: https://www.academia.edu/4927459/Diretrizes_para_a_avalia%C3%A7%C3%A3o_de_peri%C3%B3dicos_cient%C3%ADficos_e_t%C3%A9cnicos_brasileiros. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 10 set. 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRITO, Ronnie Fagundes de et al. Guia do usuário do OJS: Open Journal System: versão 3. Brasília, DF: Ibict, 2018. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1112>. Acesso em: 8 set. 2025.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 55-72.

CASTRO, Regina Célia Figueiredo; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; VIDILI, Ana Lucia. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/634>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONTREIRA, Ingrid Machado; MIRANDA, Angélica C. D. Critérios de qualidade brasileiros e estrangeiros: análise dos periódicos da psicologia. In: MIRANDA, Angélica C. D.; DAMASIO, Edilson; FIRME, Simone Machado (org.). Ciência aberta: visão e contribuição a partir dos periódicos científicos. Rio Grande: Editora da FURG, 2020. p. 134-156. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8792/CIENCIA%20ABERTA.pdf?sequence=3>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CRESPINO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.9, n. 1, p. 36-55, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1918>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. Normalização de originais. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 59-63, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/54734>. Acesso em: 30 jul. 2025.



CURTY, Marlene Gonçalves; BOCCATO, Vera Regina Casari. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23677>. Acesso em: 16 jun. 2025.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2025.

FERNANDES, Patricia V. N. D.; SANTOS, Jucilene Oliveira dos. A normalização como insumo da documentação científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. *Anais eletrônicos [...]*. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://www.febab.org/cbbu/snbu-2/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FERREIRA, Maria Cecilia Gonzaga; KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesqui. Odontol. Bras.*, São Paulo, v. 17, p. 43-48, maio 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pob/a/X4V5y47C73v4v3b7CJ4LkFj/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RRqQp5h4xm5FSn7dSK99gTG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GARRIDO, Isadora dos Santos; RODRIGUES, Rosangela Schwarz. Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-72, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3DY77hcvCtFvsc85r4SYrjs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2025.

GARVEY, William D. (org.). *Communication, the essence of Science: facilitating information Exchange among linrarians, scientists, engineers and students*. New York: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belver C. Appendix A: communication and information proessing within scientific disciplines: empirecalfindings for psychology. In: GARVEY, William D. (org.). *Communication, the essence of Science: facilitating information Exchange among linrarians, scientists, engineers and students*. New York: Pergamon Press, 1979.

GOMES, Cristina Marques. Comunicação científica: alguns alicerces teóricos. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 16, n. 18, p. 151-168, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/2129>. Acesso em: 16 jun. 2025.

HAAK, Laure. Identificadores e pesquisa: fundamentos e planos do ORCID. [Entrevista cedida a] Scientific Electronic Library Online. *SciELO em Perspectiva*, São Paulo, 18 maio 2018. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/05/18/identificadores-e-pesquisa-fundamentos-e-planos-orcid-entrevista-com-laure-haak/>. Acesso em: 27 nov. 2025.



INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL. History of the recommendations. Vancouver: ICMJ, 2025. Disponível em: <https://www.icmje.org/recommendations/browse/about-the-recommendations/history-of-the-recommendations.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; KRIEGER, Eduardo Moacyr; DUARTE, Francisco A. de Moura. Programa de apoio às revistas científicas para a Fapesp. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 137-150, jul./dez. 1991. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/349>. Acesso em: 19 ago. 2024.

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/798>. Acesso em: 18 ago. 2024.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: um caso de soberania nacional? In: TOUTAIN, Lília Maria Batista Brandão. Para entender a Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 145-161. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/145>. Acesso em: 18 jun. 2025.

KURY, Lorelai. A ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/328>. Acesso em: 10 ago. 2025.

LIEVROUW, Leah A. Communication and the social representation of scientific knowledge. Critical Studies in Mass Communication, London, v. 7, n. 7, mar. 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248925302_Communication_and_the_social_representation_of_scientific_knowledge. Acesso em: 22 jul. 2025.

LUCKESI, Cipriano et al. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Miriam Dalva Lima. Avaliação da normalização de periódicos brasileiros nas áreas de ciência e tecnologia. R. Bibliotecon., Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 197-208, jul./dez. 1986. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Art4_Martins_Avaliacaodanormalizacaodeperiodicosbrasileiros.docx%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Art4_Martins_Avaliacaodanormalizacaodeperiodicosbrasileiros.docx%20(1).pdf). Acesso em: 19 ago. 2024.

MEADOWS, Arthur Jack. A comunicação científica. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MOXHAM, Noah; FYFE, Aileen. The first Philosophical Transactions, 1665–1677. In: FYFE, Aileen; MOXHAM, Noah; MCDOUGALL-WATERS, Julie; ROSTVIK, Camilla Mork. A history of scientific journals: publishing at the Royal Society, 1665-2015. London: ULC Press, 2022. cap. 10, p. 19-50. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2gz3zp1>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 18-31.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Código de boas práticas para publicações científicas. Bull. Soc. franç. Minér. Crist., Paris, v. 86, n. 1, p. 106-108, 1963. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bulmi_0037-9328_1963_num_86_1_8304. Acesso em: 30 jul. 2025.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 15 set. 2025.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca; LIMA, Marcia H. T. de Figueredo; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira. A normalização no contexto da comunicação científica. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 147-156, jul./dez. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22326>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; NASCIMENTO, Maria Marta. Preparando um periódico científico. In: SABADINI, Aparecida Angélica Zoqui Paulovic; SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso; KOLLER, Sílvia Helena (org.). Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica. São Paulo: ABECiP, 2009. p. 35-74. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/16>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos; SANTOS, Carlos Afonso Ferreira dos; SERIQUE, Nádia dos Santos; LIMA, Raquel Rodrigues. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 202-220, ago. 2020. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso em: 16 jan. 2026.

SOUZA, Maria Fernanda Sarmento e. Periódicos científicos eletrônicos: apresentação de modelo para análise de estrutura. 2002. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/0b41b2a6-2f36-47dc-85ca-01120ca7a415/content>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SHINTAKU, Milton; SEABRA JUNIOR, Rui Ferreira. Abertura da ciência e os editores científicos. In: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias (org.). Ciência aberta para editores científicos. Botucatu: ABEC, 2019. p. 29-34. E-book. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1071>. Acesso em: 16 jan. 2026.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. 1998. 387 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/78/Tese.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jun. 2025.

TARGINO, Maria das Graças; TORRES, Názia Holanda. Comunicação científica além da ciência. Ação Midiática, Curitiba, n. 7, p. 1-12, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36899>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, DF, v. 50, n. 111, p. 21-82, jul./set. 1968. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>. Acesso em: 5 set. 2025.



TRINDADE, Hégio. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 40, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RSqMPF7jYzNvT46WjhK8tJR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Resolução nº 1890-CONSEPE de 28 de junho de 2019. Institui o Portal de Periódicos Eletrônicos da Universidade Federal do Maranhão e estabelece normas para inclusão e permanência de periódicos nesse Portal. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: <https://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/OUrsaLkeuV3NoPX.pdf>. Acesso em: 8 set. 2025.

VANZ, Samile Andréa de Souza. A normalização no contexto da organização da informação. In: FERREIRA, Glória I. Sattamini; BONOTTO, Martha E. K. Kling (org.). Organização da informação: textos didáticos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020. p. 77-84. E-book. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/199693>. Acesso em: 5 ago. 2025.

YAHN, Vera Gallo. Avaliação de periódicos brasileiros: um estudo na área de agricultura. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8726/1/277016.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

